

A URBANIZAÇÃO ENQUANTO UMA ESTRUTURA PRODUTORA DE (DES) IGUALDADES SOCIOESPACIAIS E CONSCIÊNCIA CRÍTICA

URBANIZATION AS A PRODUCTIVE STRUCTURE OF SOCIOESPACIAL (DES) EQUALITIES AND CRITICAL CONSCIENCE

LA URBANIZACIÓN EN CUANTO UNA ESTRUCTURA PRODUCTORA DE (DES) IGUALDADES SOCIALESPACIALES Y CONSCIENCIA CRÍTICA

Émerson Dias de Oliveira¹, Camila Berlelli dos Santos², Maria Clara de Proença Geremias³, Stefany dos Santos Sampaio⁴.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina/PR (2019). Professor do Colegiado de Pedagogia das Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNIVALE). Avenida Minas Gerais, nº 651, Centro, CEP: 86870-000 Ivaiporã/PR. E-mail: cooperativismopopular@hotmail.com.

² Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia das Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNIVALE). Avenida Minas Gerais, nº 651, Centro, CEP: 86870-000 Ivaiporã/PR. E-mail: cahbertelli@hotmail.com.

³ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia das Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNIVALE). Avenida Minas Gerais, nº 651, Centro, CEP: 86870-000 Ivaiporã/PR. E-mail: maria_clara.proenca@hotmail.com.

⁴ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia das Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNIVALE). Avenida Minas Gerais, nº 651, Centro, CEP: 86870-000 Ivaiporã/PR. E-mail: stefanysampaiolive@gmail.com.

RESUMO

O espaço urbano é uma construção social que permite interpretações diversas quanto aos seus objetivos, podendo ser destacado um sentido engendrado pelos desígnios da ótica capitalista (cidade-mercadoria) e também outro entendimento deste limite enquanto realização da cidadania e da dignidade social (perspectiva crítica de seus cidadãos). Ao longo deste estudo tem-se uma breve reflexão histórica acerca do surgimento das cidades, bem como a sua concepção urbanística, uma reflexão que evidencia os distintos interesses que se fazem presentes nestes limites. Tem-se ainda um destaque voltado para a origem da segregação socioespacial do espaço urbano e a ‘naturalização’ com que este processo tem sido considerado nos últimos anos. Através destes levantamentos se questiona as possibilidades que a cidade também pode proporcionar quando pensada pelo enfoque dos sujeitos que estão à margem (os marginais) das objetivações hegemônicas destes espaços. Assim, a proposta desta pesquisa buscou fazer uma reflexão crítica dos processos urbanísticos contemporâneo, trazendo no discurso a necessidade de uma participação ampliada dos cidadãos, incluindo-se aí os ‘favelados’ ou seja, uma efetiva possibilidade de acesso e construção nas diversas materialidades e imaterialidades do meio urbano.

Palavras-chave: Urbanização; Sujeitos Sociais; Cidade; Participação Social; Periferia.

ABSTRACT

Urban space is a social construct that allows for different interpretations of its objectives. A sense generated by the designs of capitalist optics (city-merchandise) can be highlighted, as well as another understanding of this limit as the realization of citizenship and social dignity (perspective critical of its citizens). Throughout this study is a brief historical account of the emergence of cities, as well as their urban design, a reflection that highlights the different interests that are present in these limits. It highlights the origin of the socio-spatial segregation of urban space and the 'naturalization' with which this process has been considered in recent years. Through these surveys the possibilities that the city can offer when thought by the focus of the subjects who are on the margins (the marginal ones) of the hegemonic

objections of these spaces are questioned. Thus, the proposal of this research sought to make a critical reflection of the contemporary urban processes, bringing in the discourse the need for an increased participation of the citizens, including the favelados, that is, an effective possibility of access and construction in the diverse materialities and immaterialities of the urban environment.

Keywords: Urbanization; Social Subjects; City; Social Participation; Periphery.

RESUMEN

El espacio urbano ES una construcción social que permite interpretaciones diversas en cuanto a sus objetivos, pudiendo ser destacado un sentido engendrado por los diseños de la óptica capitalista (ciudad-mercancia) y también otro entendimiento de este límite como realización de la ciudadanía y de la dignidad social (perspectiva crítica de sus ciudadanos). A lo largo de este estudio se tiene una breve reflexión histórica acerca del surgimiento de las ciudades, así como su concepción urbanística, una reflexión que evidencia los distintos intereses que se hacen presentes en estos límites. Se tiene todavía un destaque para el origen de la segregación socioespacial del espacio urbano y la ‘naturalización’ con que este proceso ha sido considerado en los últimos años. A través de estos levantamientos se cuestiona las posibilidades que la ciudad también puede proporcionar cuando pensada por el enfoque de los sujetos que están al margen (los marginales) de las objetivas hegemónicas de estos espacios. Así, la propuesta de esta investigación buscó hacer una reflexión crítica de los procesos urbanísticos contemporáneos, trayendo en el discurso la necesidad de una participación ampliada de los ciudadanos, incluyendo ali los ‘favelados’ o sea, una efectiva posibilidad de acceso y construcción en las diversas materialidades y, inmaterialidades del medio urbano.

Palabras clave: Urbanización; Sujetos Sociales; Ciudad; Participación Social; Periferia.

1 INTRODUÇÃO

Refletir as implicações envolvidas nos processos de urbanização é um desafio bastante difícil, uma vez que esta questão traz em si um caráter interdisciplinar e, portanto, acaba envolvendo um ampliado leque de possibilidades analíticas acerca do espaço geográfico. Desta feita, os propósitos discorridos ao longo do presente estudo voltam-se aos descaminhos advindos com a urbanização/modernização, uma discussão que enfatiza o fracasso da cidade enquanto representante do “lócus” modernizante, de progresso e da civilidade. Está destacada a intensa urbanização sobrevinda no Brasil ao longo do século XX, contexto que se configura por cenários de desigualdades socioespaciais do meio urbano e que refletem diretamente sobre as condições de vida destes sujeitos.

Com isso, o que se percebe atualmente no país é um acentuado número de cidades, as quais apesar de suas diferenças são dotadas de particularidades comuns, isto é, de um lado carregam a exclusão/segregação de muitos, e de outro, a concentração da renda/riqueza por uma minoria. Por intermédio deste estudo, fica facilitada a compreensão dos caracteres que referencia a urbanização contemporânea, a qual tem sua identidade expressa pela centralização e pulverização de fluxos materiais ampliados, que resulta, condiciona e é meio da produção do espaço urbano-metropolitano. Tal contextualização se apresenta cada vez mais intensa em termos de relações socioespaciais, do que pela integração físico-territorial excepcionalmente.

Este processo de metropolização é uma realidade no Brasil que se intensificou após os anos 1950, dada a passagem de uma economia agrário-exportadora para uma economia urbano-industrial (MORAES, 1991). “O breve século XX” importou na realidade brasileira mudanças significativas quanto a sua estruturação urbana, a qual foi intensificada e imposta pela vontade política que historicamente tem se curvado aos mandos do capital. Assim, desde a Lei de Terra de 1850, que inviabiliza a reforma agrária,

até a modernização ‘getulista’ dos anos 1930, a ocupação da terra foi negada aos que realmente nela trabalhavam (escravizados, indígenas, posseiros, meeiros, camponeses, ribeirinhos, entre outros), restando os espaços urbanos (altamente especulados) como uma das poucas opções a estes deserdados do campo. Assim, surgem as moradias precárias e irregulares, a formação das favelas e com isso, a segregação urbana. A combinação deste processo altera toda a dinâmica urbana conforme assinala Lefebvre (2001), segundo o qual:

O fenômeno urbano se estende sobre grande parte do território, nos grandes países industriais. [...] Ao mesmo tempo, nesse tecido e mesmo noutros lugares, as concentrações urbanas tornam-se gigantescas; as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes (por unidades de superfície ou de habitação). Ao mesmo tempo ainda, muitos núcleos urbanos antigos se deterioram ou explodem. As pessoas se deslocam para periferias distantes, residenciais ou produtivas. Escritórios substituem os apartamentos nos centros urbanos (LEFEBVRE, 2001, p. 10).

Discorrendo desta questão, Grostein (2000) destaca em seus estudos que a velocidade da urbanização em si não é um problema, pois o agravante desta situação surge no fato destes processos ocorrerem de forma insustentável quando da ocupação do solo. Essas realizações sociais se instituem deslocadas e desassistidas de políticas públicas, restando à vontade informal (construções irregulares) e inclusive aos próprios empreendimentos especulativos (loteadoras imobiliárias) do solo urbano a função de planejar a lógica físico-urbanístico destes domínios. Desta forma, acaba inexistindo um sincronismo da gestão pública e o crescimento urbano, além de que este limite “[...] não pode ser analisada como um fenômeno pronto e acabado, pois as formas que a cidade assume ganham dinamismo ao longo do processo histórico” (CARLOS, 2009, p. 57).

Considerando estas e outras problemáticas que afetam não só as principais metrópoles nacionais, mas inclusive os centros urbanos situados no interior do Brasil, o presente estudo buscou em literaturas envolvendo esta temática destacar a importância e necessidade que o assunto possui no meio social e acadêmico. Para tanto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, na qual inicialmente foi realizado um breve resgate acerca do processo de urbanização/metropolização brasileira e posteriormente os reflexos sobrevividos deste processo. Este esforço teórico presente na pesquisa bibliográfica “tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno” (OLIVEIRA, 2002, p. 119).

Com isso, esta abordagem teórica decorreu de um “estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral” (VERGARA, 2005, p. 48), uma estrutura metodológica que facilita ao pesquisador compreender de forma mais esclarecedora o objeto em estudo. Em relação aos objetivos da pesquisa, o estudo caracterizou-se como descritivo, pois teve como objetivo primordial a descrição das características e comportamentos do fenômeno em estudo. O viés disciplinar aqui adotado se respalda, sobremaneira, nas discussões da Geografia Urbana, possibilitando desta feita uma reflexão teórica tanto dos lugares, como dos problemas urbanos existentes nas cidades. Ao discorrer deste tipo de estudo, Clark (1991, p. 19) coloca que “o objetivo e a natureza da Geografia Urbana podem ser melhor exemplificados através de referências aos dados sobre cidades, que tipicamente formam o ponto de partida para o estudo geográfico urbano”.

Considerando as realidades visíveis no meio social contemporâneo, o que se percebe é que os ‘benefícios e modernidades’ que historicamente estão vinculados aos ‘da cidade’, ainda está bem longe de ser alcançado, uma problemática que é agravada em decorrência do país apresentar um grau de urbanização nunca antes alcançado, o que significa um acréscimo assaz preocupante de incertezas urbanas das mais variadas. Enfim, o espaço urbano se apresenta enquanto produto da forma como as comunidades estão estruturadas sobre o território, contexto em que surgem as assimetrias sociais do

acesso e organização destes domínios. Assim, se evidencia um cenário “[...] onde poucos ganham qualidade ambiental e a grande maioria convive com situações espaciais cada vez mais adversas [...]” (MORAES, 1991, p. 11), traduzindo em um prejuízo qualitativo no plano da vida imediata.

2. O (DES) ENVOVIMENTO DA CIDADE EM PROVEITO DO CAPITAL

A discussão envolvendo o fenômeno da urbanização tem permitido uma significativa reflexão acerca dos últimos estágios evolutivos da espécie humana, uma abordagem que permite identificar nas estruturas urbanas os traços característicos das sociedades que territorializou e/ou territorializa estes domínios. Dessa feita, se consegue discorrer acerca dos distintos estágios evolutivos alcançados por estes sujeitos sociais, entrando em cena questões como o desenvolvimento político, social, urbano e econômico ao longo da história humana nos diversos lugares do planeta. Portanto, a cidade é um limite do espaço geográfico que ao assumir formas, características e funções distintas, possibilita uma ação pedagógica extremamente complexa e ampliada. Isso se deve ao fato da cidade ser um produto do trabalho humano que está carregado de componentes materiais e imateriais, os quais ao serem adequadamente interpretados são capazes de explicar toda a conjuntura estrutural que envolve a dimensão urbana.

A cidade é na realidade o próprio resultado da evolução humana, “uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta e diferenciada em função de determinações históricas específicas” (CARLOS, 2009, p. 57). Os primeiros registros históricos que referenciam a organização das cidades ocorreram por volta de 5.000 a.C., junto ao rio Eufrates e em outros pontos da Ásia menor, sendo que a partir de então, estes espaços passam a se metamorfosear em função das manifestações de fixação do homem nos lugares (CLARK, 1991). Por isso, “e quisermos identificar a cidade, devemos seguir a trilha para trás, partindo das mais completas estruturas e funções urbanas conhecidas, para os seus componentes originários, por mais remotos que se apresentem no tempo, no espaço e na cultura [...]” (MUMFORD, 1982, p. 619).

Para Carlos (2009), foi com o aparecimento da divisão do trabalho humano que aconteceu uma mudança na organização espacial, tendo início à segregação socioespacial entre os sujeitos e a diferenciação entre campo e cidade. Com isso, o princípio da hierarquização é uma realidade que distinguiu o tipo de uso e ocupação vigente nos primeiros espaços citadinos, sendo que os principais elementos que engendraram este cenário foram: a divisão do trabalho; divisão da sociedade em classes; acumulação de técnicas; produção do excedente agrícola decorrente da evolução tecnológica; sistema de comunicação e a concentração espacial das tarefas não agrícolas. Dessa feita, as cidades surgem inicialmente na Ásia e posteriormente na Europa, um movimento que foi fortalecido conforme as técnicas agrícolas ficavam mais avançadas. “Assim, a cidade é o modo de organização espacial que permite à classe dominante maximizar a transformação do excedente alimentar, não diretamente consumido por ele, em poder militar e este em dominação política” (SINGER, 1990, p. 15).

Portanto, “é lá, na cidade, onde os diferentes valores de uso passaram a incorporar valores de troca, fomentando o processo o qual, mais tarde, iria fazer surgir a produção mercantil” (SANTOS, 2012, p. 62-63). Estes acontecimentos, mais ou menos intensivos sempre estiveram presentes na cidade ao longo da história humana. Entretanto, foi apenas com o fim da Idade Média que a cidade vai de fato se desenvolver e aos poucos ganhar os contornos das cidades contemporâneas (LEFEBVRE, 2001). De acordo com Spósito (2008), a cidade vai ganhar de vez um maior protagonismo na humanidade em meados do século XVIII na Inglaterra em decorrência da revolução industrial. Esta estrutura significou além de uma nova técnica de produção, pois influenciou diretamente na própria formação social e espacial da sociedade. Neste período a ideologia dominante passou a ser ditada pela lógica do capitalismo industrial/concorrencial, resultando no crescimento das cidades tanto em termos demográficos como territorialmente, deixando no passado a função de espaço acessório da economia feudal.

Este processo de reforço à economia mercantil permitiu a extensão da urbanização ao mundo colonial, a partir do século XV. Ainda que as primeiras cidades coloniais não tenham sido mais do que portos construídos para escoar as riquezas coloniais em exploração, ou fortes para proteger os colonizadores, a extensão do fato humano a novas áreas foi importante, porque se constituiu num embrião de um processo de ampliação espacial da urbanização e no suporte de articulação destas novas áreas ao capitalismo mercantil europeu. À medida que o próprio capitalismo se desenvolvia, esta urbanização no mundo colonial foi se ampliando e tomando um caráter de multiplicidade funcional (SPÓSITO, 2008, p. 39).

Na Era Moderna, o primeiro país a se urbanizar foi a Inglaterra, sendo que em 1850 a sua população urbana já representava 50% do total. Só a capital Londres, de 864.845 habitantes em 1801, passa para 1.873.676 em 1841 e chega a 4.232.118 em 1891, quintuplicando a população em menos de um século. Ao final do século XIX, o país já possuía mais trinta cidades com população acima de 100.000 (CHOAY, 1979). “As condições de prosperidade material existiram na Inglaterra do início da era moderna como em nenhum outro lugar, mas foram conseguidas à custa de uma vasta desapropriação e de uma exploração intensa” (WOOD, 2001, p.125). Por todo o continente europeu acontecem mudanças estruturais, a exemplo do seu contingente populacional que entre 1800 a 1914 salta de 180 milhões para 460 milhões, isso desconsiderando cerca de outros 100 milhões, que emigraram para as Américas. Essa triplicação resulta na concentração populacional e a aglomeração dos serviços industriais, caracterizando o fenômeno das manchas urbanas européias, as quais resultam em alterações substanciais do cotidiano das pessoas nestes limites (CHOAY, 1979).

Portanto, a “modernização” advinda inicialmente pelo capital inglês e pulverizado em seguida pelas demais nações européias, chegando mais tarde até na América do Norte, foi a grande responsável pelas “barbáries” e cenários de miserabilidade contemporânea. É a contraditoriedade do capital, a qual refere-se “[...] a uma exploração que não necessita servir-se de nenhuma pressão política e, mais ainda, que sequer é intencional; estabelece-se simplesmente por causa das leis econômicas vigentes no capitalismo” (ROSDOLSKY, 2001, p. 258). Assim, as cidades mais “desenvolvidas” deste período eram igualmente portadoras dos piores cenários de miséria possível, da pobreza e exploração operária, formando subúrbios urbanos tão ou mais degradantes que os cenários existentes nos países periféricos da atualidade. Naquele contexto, “[...] uma massa de proletários absolutamente livres foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais” (MARX, 2013, p. 790). Enfim, a exploração migra do feudo para o capital e evidencia “[...] o brutal pauperismo das camadas trabalhadoras urbanas derivadas diretamente da produção capitalista” (ENGELS, 2010, p. 30).

As cidades passam a ganhar um sentido totalmente enviesado na acumulação capitalista, constituindo uma dinâmica própria e que aos poucos vai lhes forjar singularidades plurais. A conjuntura política e ideológica da industrialização acabou promovendo dois eventos simultâneos, a atração para o “moderno” da cidade e expulsão do “atraso” do campo. Com isso, o século XX se caracterizou como o século da urbanização, dada a predominância da cidade sobre o campo (WOOD, 2001), um processo que ainda continua acentuado em todo o mundo, salvo regiões muito atrasadas economicamente.

[...] já não é mais possível usar a palavra cidade como se fora um termo perfeitamente definido, significando um modo de vida social orgânico, funcional e previsível, uma categoria prescritiva ou, enfim, um modelo genérico e normatizado de constituição histórica específica e difusão universal. O fenômeno urbano hoje ressalta pela sua heterogeneidade, inconstância, turbulência e extrema fragmentariedade [...] (SEVCENKO, 1995, p. 187).

Esta realidade acaba sendo totalmente insustentável e seus reflexos são direcionados para os bilhões de pobres que subsistem nos subúrbios urbanos. Segundo Baima (2016), na atualidade, cerca de

55% (aproximadamente quatro bilhões de pessoas) vivem nas áreas urbano do mundo, com a perspectiva de passar dos 60%, ou mais de cinco bilhões de pessoas, em 2030. Se for considerado que no início do século XX, apenas 10% da população mundial vivia em cidades e que o planeta todo tinha menos de dois bilhões de pessoas (VEIGA, 1993), são exorbitantes as mudanças macro-sociais que se fizeram necessárias para configurar a atual estruturação demográfica do globo. O agravante contemporâneo desta questão deve-se ao fato de que os problemas sociais não estão mais isolados no meio urbano especificamente, mas em determinadas regiões do planeta que são detentoras de matérias-primas em condições vantajosas para o capital, com destaque para os “[...] países em desenvolvimento ou de baixa renda. Neles, milhões de pessoas fugiram da fome e da miséria no campo apenas para encontrar um outro tipo de miséria nas grandes cidades” (BAIMA, 2016).

Referenciando a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável – Habitat III – ocorrido em 2016 no Equador, Baima (2016) coloca que na atualidade quase 900 milhões de pessoas subsistem em ocupações insalubres (favelas) em todas as regiões do planeta, “[...] com acesso restrito a serviços básicos, como saneamento e alimentação, e mais suscetíveis a problemas de saúde. Situação que tende a piorar, já que a perspectiva é de que esta população que vive nestes e outros tipos de assentamentos precários dobre até 2050” (BAIMA, 2016). Assim, desencadeia-se de um lado a construção de áreas urbanas supervalorizadas e, de outro, os espaços irregulares e desassistidos pelo poder público, dando origem ao fenômeno da segregação socioespacial dos espaços urbanos. Discorrendo desta questão Milaré (2005) destaca que:

Os elevados índices de urbanização e, inversamente, os baixos níveis de urbanismo vêm criando situações insustentáveis para o Poder Público e a coletividade. O inchaço doentio dos centros urbanos (aumento desregrado da população) não tem encontrado o contrapeso das estruturas urbanas necessárias (moradia, trabalho, transporte e lazer), gerando-se daí formas endêmicas de males urbanos. E – o que é pior – o fascínio das cidades e a concentração populacional crescem sem o necessário controle quantitativo e qualitativo desse crescimento (MILARÉ, 2005, p. 717).

Fica claro assim que a cidade é apenas a localidade do urbano, uma vez que nem sempre a cidade é plenamente urbana, ou seja, o urbano é um fenômeno que se inicia na cidade, mas que não se limita a ela. Existem casos em que a cidade é apenas um ponto de convergência vinculado a extração e agropecuária, inexistindo de fato uma estrutura urbana. Ou seja, a urbanização é na realidade uma criação do capitalismo e que assume caráter essencialmente expansivo e que não estava limitado ao tecido da cidade, uma importância tamanha que passa a exercer influência às demais cidades e também ao meio rural. Para Santos (1993), a cidade “[...] é o concreto, o conjunto de redes, enfim a materialidade visível do urbano, enquanto que este é o abstrato, porém o que dá sentido e natureza à cidade” (p. 241), mas ambos (cidade e urbano) se interpenetram, estão amalgamados.

Desta feita, tem-se a descaracterização da cidade enquanto arte humana, lugar da tríade “comércio, poder e frivolidade”, em favor de uma cidade enquanto mercadoria, destinada a troca e a mais-valia (LEFEBVRE, 2001), as possibilidades que permitem o crescimento do próprio modo de produção hegemônico, um processo que tem início na chamada cidade industrial e se consolida pela cidade do consumo, ditando e impondo os desígnios de seus indivíduos (MONTE-MÓR, 2006).

Neste sentido, conforme preceitua Souza (2003, p. 99) “[...] a produção do espaço de uma determinada maneira exclui outras possíveis alternativas, algumas até em caráter permanente”, o que acaba por instituir uma (re) produção desigual do espaço urbano. Esta tem sido a lógica da cidade capitalista, a qual acaba concentrando não apenas o seu composto populacional, “[...] mas os instrumentos de produção, o capital, as necessidades, os prazeres”, enfim, “[...] tudo o que faz com que uma sociedade seja uma sociedade” (LEFEBVRE, 2001, p. 49). É aqui que uma adequada discussão envolvendo a inclusão/exclusão social do espaço urbano ganha sentido, pois a cidade é (ou deveria ser) uma construção

da coletividade para além da concentração das forças produtivas, e como tal carece de ser debatida para se desvendar as intencionalidades públicas e privadas que permeiam os seus limites.

3. A QUESTÃO URBANA NO CENÁRIO BRASILEIRO

A urbanização brasileira tem como principais características o fato de ser uma realização social tardia (em termos mundiais), pois se deu principalmente na segunda metade do século XX, e ocorreu de forma extremamente rápida, uma vez que na década de 1970 a população urbana já era maior que a rural (IBGE 2010) e, desde então não houve regressão nas taxas de urbanização. Neste período ocorreram sucessivos governos com “políticas desenvolvimentistas”, indo desde o período Vargas que rompeu com a lógica oligárquica da República Velha, passando por Juscelino Kubitschek e seu “Plano de Metas” que teve a industrialização como uma forte bandeira governista e ainda o período da Ditadura Militar em que o governo efetuou vultosos empréstimos em órgãos multilaterais internacionais para fomentar a infraestrutura nacional (SINGER, 1990).

É apenas após a segunda guerra mundial que a integração do território se torna viável, quando as estradas de ferro até então desconectadas na maior parte do país, são interligadas, constroem-se estradas de rodagem, pondo em contato as diversas regiões entre elas e com a região polar do país, empreende-se um ousado programa de investimentos em infra-estrutura. Ainda uma vez, uma nova materialidade superpõe novos sistemas de engenharia aos já existentes, oferecendo as condições técnicas gerais que iriam viabilizar o processo de substituição de importações para o qual todo um arsenal financeiro, fiscal, monetário, serviria como base das novas relações sociais (incluindo o consumo aumentado) que iriam permitir mais uma decolagem (SANTOS, 1993, p. 36).

No entanto, conforme destaca Diniz (2006) a urbanização nacional não foi um processo homogêneo ao longo da extensão territorial do país, pois inicialmente houve uma concentração bastante acentuada nas regiões Sul e Sudeste, resultando na migração de parcelas significativas da população brasileira para estes destinos. As capitais destas regiões estiveram por bastante tempo do imaginário social enquanto o lugar das oportunidades de trabalho. Regiões como o Norte e o Centro-Oeste, principalmente, tiveram uma urbanização bastante atrasada, um processo que só teve uma intensidade efetiva por volta da década de 1980, por ocasião das fronteiras agrícolas que avançaram estes espaços, fazendo-se necessário uma estrutura urbana para suprir as demandas do crescente agronegócio nestes domínios.

Grosso modo, a urbanização brasileira teve o seu surgimento e descontrole por iniciativa e investimento do próprio Estado, uma atividade que não teve um adequado planejamento e acabou representando uma ingerência administrativa das várias instâncias estatais. A urbanização se estabeleceu no país enquanto uma pauta política que deixou de priorizar apenas a economia agrária, passando a focar as perspectivas de viés industrial, um movimento que não representou uma oposição aos interesses rurais, sendo ao contrário frequentemente associado a eles (OLIVEN, 1982).

A “modernidade” que avançou no meio urbano em decorrência da crescente industrialização do Brasil neste período, igualmente adentrou os espaços rurais, uma organização em que o Estado também se fez presente e subsidia a instalação de uma política agrária/agrícola pautada na monocultura. O setor agropecuário passou a ser entendido como uma ferramenta para compor a balança comercial e as variáveis macroeconômicas da época, sendo que para tanto se fazia necessário a sua “modernização”. No entanto, este debate deu-se de forma centralizada, unilateral e desassociada de uma discussão ampla acerca da reforma agrária, dando sentido assim “[...] para que a modernização da agricultura brasileira fosse designada de “modernização dolorosa”. Pois, a intensificação das relações capitalistas de produção

no meio-rural privilegiou, sobremaneira, a acumulação ampliada de frações do capital monopolista (MORO, 1995, p. 91).

O que se viu foi o monopólio da terra, o sistema latifundiário, ditar suas próprias regras, passando a vigorar, desde logo, o mais desenfreado banditismo, sob o comando de grileiros a serviço dos grandes açambarcadores de terras nacionais e estrangeiros para quem foram canalizados os benefícios vultuosos investimentos da infra-estrutura feitos com os dinheiros públicos (GUIMARÃES, 1979, p. 242).

Já os milhares de camponeses que habitavam o campo brasileiro, acabaram sendo expropriados do seu meio de produção (terra) e são expulsos em direção aos subúrbios das cidades do país, pois a mecanização agrícola resultou no excedente de mão-de-obra do campo. “Nos períodos, 1950–1960, 1960–1970 e 1970–1980, o êxodo rural se acelerou, chegando, no período 1970–1980, a transferir, para o meio urbano, o equivalente a 30,0% da população rural existente em 1970, ano em que migraram 12,5 milhões de pessoas” (ALVES; SOUZA; MARRA, 2011, p. 81). Esse fenômeno resultou na carência de empregos nos setores secundário e terciário, levou a expansão das favelas e a formação de economias informais e a tendência de aumentar expressivamente o número de pobres nas metrópoles, num processo denominado “Macrocefalia Urbana” (SANTOS, 1993). Na prática, o Estado enquanto um instrumento e agente que controla e distribui a produção de riqueza é ineficaz e quase inexistente, pois a sua maior aptidão no país, historicamente tem funcionado enviesada na distribuição de poder, um esforço que busca atender as vontades do capital financeiro, seus correligionários locais e os especuladores internacionais.

A clara evidência do Estado a serviço do capital pode-se destacar a questão do êxodo rural, uma questão que não foi descaso apenas nos governos da segunda metade do século XX, ainda hoje esse processo continua acontecendo (em números bem menos) dada à inviabilidade de pautas políticas para a agricultura camponesa. A representatividade política no Parlamento brasileiro é amplamente favorável ao capital agrário, conhecida popularmente como “bancada ruralista”, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) está composta em 2019 por 257 políticos, sendo que na Câmara Federal são 225 deputados filiados à FPA, representando 44% do total de votos (513) e no Senado, os ruralistas detêm 32 das 81 cadeiras disponíveis (CONGRESSO EM FOCO, 2019). Portanto, o discurso do meio rural tecnificado e voltado para a produção de *commodities* é o modelo a ser perpetuado, o qual reflete diretamente no desequilíbrio do urbano que recebe um montante expressivo de trabalhadores do campo. Ou seja, a eleição de políticos enviesados no favorecimento do capital financeiro tem sido uma constante no Brasil, cenário este que também se repete em outras instâncias públicas do país, a exemplo das políticas urbanas.

Dessa feita, compreende-se que os problemas urbanos contemporâneos são parte de um planejamento irresponsável imposto pelo capital agrário no campo brasileiro, uma ação que teve a total anuência e estímulo do Estado ‘burguês’. “Essa é a verdadeira relação entre o Estado burguês e as relações de produção capitalistas: só o Estado burguês torna possível a reprodução das relações de produção capitalistas” (SAES, 1998, p. 22). Assim, discorrer a segregação urbana é realizar uma articulação questionadora da totalidade social (viés econômico, político e ideológico do meio social), trazendo para a reflexão tempos e movimentos desta temática. “Não basta, portanto, nem denunciar, nem medir a segregação em nossas grades cidades e metrópoles, seja por bairros, seja por conjuntos de bairros. É preciso explicá-la” (VILLAÇA, 2011, p. 40). Os problemas urbanos são extremamente complexos e vão muito além da favelização, criminalidade e agressão ambiental, pois estes últimos são apenas dados estatísticos que as mídias burguesas insistentemente anunciam enquanto discursos sensacionalistas para maquiar a verdadeira dominação social que impera nestes espaços.

O debate contemporâneo sobre segregação sócio-espacial nas cidades tem demonstrado que este é um fenômeno de múltiplas facetas e que depende da realidade socioeconômica, política e cultural de cada país. Assim, de acordo com as leituras apresentadas, é possível encontrar vários tipos de segregação como, por

raça, religião, idade, sexo, etnia, situação civil, por classes, socioeconômico entre outros (NEGRI, 2010, p. 150).

A exclusão social dos sujeitos no urbano é um assunto que carece de ser trazida a tona em todos os espaços de sociabilidade, é a partir das abordagens locais que se compreenderão as “perversidades” do capital. Todo e qualquer espaço citadino tem suas desigualdades sociais, e estas podem perfeitamente serem utilizadas enquanto objeto de estudo para se compreender a segregação socioespacial destes limites. As tradicionais discussões da problemática urbana que se iniciaram com a teoria dos círculos concêntricos da Escola de Chicago nas primeiras décadas do século XX são incapazes de realizar uma interpretação integrada das urbanidades brasileiras contemporâneas. Esta deficiência teórica decorre do fato de elas estarem pautadas em abordagens dicotômicas em relação ao espaço urbano, “[...] em nossas metrópoles (e também nossas cidades médias e grandes), a segregação dar-se-ia segundo círculos concêntricos, com os mais ricos no centro e os mais pobres na periferia” (VILLAÇA, 2011, p. 38).

Esta denúncia das desigualdades sociais é um posicionamento já bastante debatido, a exemplo da obra “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra” de Friedrich Engels publicado em 1845 na Alemanha em referência as péssimas condições de vida das classes operárias nos centros industriais ingleses:

[...] nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é óbvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre. [...] Nos ‘bairros de má fama’ habitualmente as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos, cheias de charcos fétidos. A ventilação é precária, dada a estrutura irregular dos bairros [...] (ENGELS, 2010, p. 69-70).

Para Negri (2010), este entendimento enviesado na relação centro-periferia e que se resume pela estrutura radial-concêntrica, é na realidade uma compreensão do espaço urbano que vigorou entre 1940 e 1980. Trata-se de uma padronização segregadora que se caracteriza pelas distâncias físicas e sociais entre as classes sociais do urbano, resultando na ‘expulsão’ dos pobres para a periferia subequipada e a instalação dos ricos na região centro-comercial. Contudo, após os anos 1980 esta lógica perdeu o sentido, dada a maior proximidade espacial entre as classes sociais, um processo que se caracterizou pela maior dispersão da classe alta em ocupações nobres dos condomínios afastados do centro urbano em paralelo a “[...] difusão da classe pobre pelas áreas mais nobres da cidade, principalmente com a criação de favelas, mas que não significa proximidade social entre ambas. É neste contexto que se acentua a auto-segregação da classe de renda mais alta nos ‘enclaves fortificados’” (NEGRI, 2010, p. 149).

Assim sendo, existe e se faz necessário um ‘olhar’ dos despossuídos da terra, dos marginalizados, dos homens e mulheres que reconhecem o seu papel e lugar no espaço urbano, surgindo desta feita as mobilizações de luta e resistência social em busca de garantir um mínimo de dignidade a estes cidadãos. Portanto, o espaço urbano não se resume no choque centro versus periferia, estes recortes são lugares da crítica e de uma percepção que necessita entender a sua própria gênese. “É preciso ultrapassar não só a descrição, mas especialmente a explicação fundada em razões éticas e morais” (VILLAÇA, 2011, p. 40). É pelo enfoque do materialismo histórico-dialético que se permitirá construir uma cidade mais justa e solidária, pois perpetuar o discurso da favela pobre e do núcleo rico não resolverá esta questão, é crucial um debate que considere a urbanização enquanto um fenômeno totalitário e sinérgico, a qual tem na hegemonia capitalista a sua principal problemática que produz um desenvolvimento geográfico intensamente desigual e obscuro. “Essa segregação cria um ônus excepcional para os mais pobres e uma excepcional vantagem para os mais ricos” (VILLAÇA, 2011, p. 56).

A ‘naturalização’ da segregação socioespacial é na verdade um discurso que visa perpetuar o *status quo* das elites dominantes, uma colocação que coloca a condição de pobreza enquanto uma incapacidade deste próprio sujeito no meio social. Entretanto, na realidade o que se tem é toda uma

superestrutura conjuntural que impõe a sociedade uma organização que beneficia os detentores do capital, sendo que este entendimento é perfeitamente visível na estruturação da lógica urbana. Estes espaços são pensados e feitos para a reprodução ampliada do capital, isto é, os pobres são aqui posicionados de forma secundarizada, além de serem responsabilizados pelo próprio fracasso socioeconômico. Enfim, a construção social do espaço urbano não é necessariamente um produto de suas condicionantes sociais, mas é uma intencionalidade previamente estabelecida e calculada para adquirir as feições espaciais que lhe definem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segregação socioespacial do meio urbano é uma questão no Brasil que representa a barbárie e a contradição social, uma realização que acaba sendo anti-urbana, segregacionista e espoliativa. Este tem sido o cenário das cidades brasileiras, uma problemática que não se restringem as grandes metrópoles apenas, as pequenas e médias cidades também possuem os seus paradoxos sociais, os quais favorecem socioeconomicamente a vida de uns poucos e corrói a qualidade de sua maior parcela populacional. Entretanto, discutir o espaço urbano não é (ou não deveria ser) um privilégio apenas das elites capitalistas, os cidadãos que estão fora do jogo político-financeiro também possuem plenas capacidades de contribuir neste debate e auxiliar a construção de uma cidade na perspectiva dos “de baixo”.

Os espaços públicos como as escolas, as reuniões bairristas, as igrejas, as redes sociais virtuais, as festividades e os próprios debates político-eleitorais são oportunidades fundantes para inserir esta questão. É através de um raciocínio feito nos lugares secundarizados, pelos sujeitos destes espaços e no sentido destes limites que se construirá uma percepção coerente a realidade destes, ou seja, os sujeitos devem assumir a reflexão do seu próprio cotidiano como um instrumento de consciência política. Neste sentido, a Geografia escolar tem a capacidade de contribuir significativamente para melhor entender os espaços urbanos, bem como as suas assimetrias sociais.

Este posicionamento acaba por considerar e entender os sujeitos enquanto uma classe “para si” (THOMPSON, 2012), isto é, estão dotados de um capital político que os capacita para se posicionarem de forma crítica e proativa no meio social. Foi este o intento central ao longo do estudo, discorrer a urbanização segregacionista não como um fenômeno ‘natural’, mas uma intencionalidade imposta pelo capital e que busca perpetuar um modelo de sociedade que favorece tão somente os detentores do capital financeiro, uma realização em que o “[...] espaço vem sendo utilizado, em quase toda parte, como veículo do capital e instrumento da desigualdade” (SANTOS, 1993, p. 74).

Em relação às possibilidades de luta e resistência por um justo acesso e participação do urbano, é difícil estabelecer uma fórmula fixa e isolada para tal alinhamento, a sua realização é de maneira geral projetada no espaço de forma personalizada a cada problemática envolvida, resultando assim em uma ampla variedade de experiências políticas que fortalecem estas mobilizações. Portanto, discutir a linha de ônibus, o aumento da tarifas de transporte público, questões sanitárias, vagas nas creches, instalações de empresas, planos diretores, arborização, loteamentos, zoneamento urbano, enfim, todo o emaranhado de materialidades e imaterialidades urbanas são oportunidades que viabilizam o pleno exercício da cidadania, sendo este o sentido e razão da cidade democraticamente funcional. Com isso, este contexto se caracteriza por ser um Capital Social que é intensificado na mesma proporção em que é utilizado, ou seja, ocorra uma participação social do maior número de sujeitos que abrange cada cenário social em questão.

REFERÊNCIAS

ALVES, E.; SOUZA, G. S.; MARRA, R. **Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010**. Revista de Política Agrícola, v. 20, p. 80-88, 2011. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/910778/1/Exodoesuacontribuicao.pdf>. Acesso em 10 maio 2019.

BAIMA, C. **População urbana global passou de 38% a 55% do total em 40 anos.** Reportagem de O Globo de 20 out. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/populacao-urbana-global-passou-de-38-55-do-total-em-40-anos-20319443>. Acesso em: 02 maio 2019.

CARLOS, A. F. A. Cidade uma perspectiva histórica. In: _____. **A cidade.** 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2009. Cap. 4.

CLARK, D. O campo da Geografia Urbana. In: _____. **Introdução à Geografia Urbana.** Trad. Lúcia H. de O. Gerardi; Silvana M. Pintuadi. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. Cap. 1, p.17-35.

CHOAY, F. **O urbanismo.** São Paulo, Editora Perspectiva, 1979.

CONGRESSO EM FOCO. **Com 257 parlamentares, bancada ruralista declara apoio à reforma da Previdência.** Jornal Eletrônico, 02 abr. 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/economia/com-257-parlamentares-bancada-ruralista-declara-apoio-a-reforma-da-previdencia/>. Acesso em 03 maio 2019.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2010.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 362 p.

GROSTEIN, M. D. **Metrópole e expansão urbana:** a persistência de processos insustentáveis. Revista São Paulo em perspectiva 15 (1). São Paulo, 2001.

HOBSBAWM, E. J. **A Era dos Extremos.** O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. **Censo 2010 Agregados por Setores Censitários.** Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 05 jun. 2019.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001. Disponível em: https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre_Henri_O_direito_a_cidade.pdf. Acesso em: 30 abr. 2019.

MARX, K. **O capital:** Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente:** doutrina, jurisprudência, glossário. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

MORAES, S. **O empreendedor imobiliário e o Estado:** o processo de expansão de Goiânia em direção sul (1975-1985). Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano). Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Brasília, 1991.

MONTE-MÓR, R. L. **O Que é o Urbano, no Mundo Contemporâneo.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.

MUMFORD, L. **A cidade na história:** suas origens, transformações e perspectivas. Trad. de Neil R. da Silva. São Paulo, Martins Fontes; Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982.

MOURO, D. A. **Aspectos geográficos da modernização agrícola no norte do Paraná.** Boletim de Geografia, Maringá, n. 13, p. 79-93, out. 1995.

NEGRI, S. M. **Segregação Sócio-Espacial:** alguns conceitos e análises. Coletâneas do Nosso Tempo, v. 08, nº 08, p. 129-153, 2010.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica:** projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. Revisão Maria Aparecida Bessana. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

OLIVEN. R. G. **Urbanização e mudança social no Brasil.** Petrópolis: Vozes. 1982.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx.** tradução César Benjamin, Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

SAES, D. **Estado e Democracia:** Ensaio Teóricos. Campinas, IFCH/Unicamp, 1998.

SANTOS, O. A. A. **Cidade, urbano e movimentos:** sobre a formação do urbano e a ação dos grupos socioespaciais 'excluídos' - um olhar sobre Recife/PE. Revista Geotemas, v. 02, p. 61-72, 2012.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

SEVCENKO, N. A questão cultural no embate de diferentes planos: Metrôpole x Região x nação x mundo. In: GONÇALVES, M. F. (org) **O novo Brasil Urbano:** Impasses, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

SINGER, P. I. **Economia política da urbanização.** 12^a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

SPÓSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização.** São Paulo: Contexto, 2008.

THOMPSON, E. P. “Algumas observações sobre classe e “falsa consciência””. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas: Editora da Unicamp, 2012

VEIGA, J. E. A insustentável utopia do desenvolvimento. IN: LEVINAS, L. et al. **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1993.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2005.

VILLAÇA, F. **São Paulo:** segregação urbana e desigualdade. Revista *Estudos Avançados*, v. 24, nº 71, 37-58, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10597/123> 39. Acesso em: 10 maio 2019.

WOOD, E. M. **A origem do capitalismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.